



HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA: O DESPONTAR DE UM MERENCÓRIO POETA NO MEIO JORNALÍSTICO POTIGUAR (A EDUCAÇÃO FEMININA EM PAUTA)

Cosme Ferreira Marques Neto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. aziago_ser@yahoo.com.br

Nascido na cidade de Macaíba, interior do Rio Grande do Norte, Henrique Castriciano de Souza (1874 – 1947) foi apadrinhado, desde tenra idade, pela oligarquia Albuquerque Maranhão, o que lhe permitiu desfrutar de uma posição de relevo na sociedade potiguar do começo do século XX. Graças à sua atuação na imprensa, mormente no jornal *A República*, pôde veicular suas ideias acerca da educação feminina no estado. Segundo ele, a população potiguar só progrediria por meio do melhoramento da educação, especialmente aquela votada à mulher, pilar indispensável de toda e qualquer sociedade desenvolvida. Com base nas noções de práticas e representações sociais (Roger Chartier) e na isotopia, procedimento metodológico tomado de empréstimo à Linguística, este trabalho visa analisar a ascensão de H. Castriciano à condição de publicista, em terras potiguares, ressaltando sua relação de clientelismo com a oligarquia Albuquerque Maranhão e seu interesse na educação feminina. Porta-voz dos estratos sociais dominantes no estado, Castriciano produziu, nos textos que publicou na imprensa norte-rio-grandense, uma noção de educação feminina com eles afinada, em conformidade com suas visões de mundo. Para ele, o papel social da mulher era predeterminado pelas expectativas masculinas; ela viveria para outrem, o marido e os filhos; teria que zelar pelo bom funcionamento da família, reformando, assim, a sociedade; se viesse a “deixar o lar” e “renunciar” à maternidade, não se realizaria, não cumpriria seu “papel natural”. No âmbito das fontes, utilizamos os dois primeiros volumes de *Henrique Castriciano: seleta (textos e poesias)*, organizados pelo pesquisador José Geraldo de Albuquerque. Eles contêm boa parte da produção escrita de Castriciano (poemas e crônicas), compreendendo, inclusive, sua contribuição a periódicos potiguares como *A República* e *Gazeta do Comércio*.

Palavras-chave: Educação Feminina, Imprensa Norte-Rio-Grandense, Henrique Castriciano de Souza.

INTRODUÇÃO

Henrique Castriciano de Souza (1874 – 1947) nasceu no município de Macaíba, próximo à capital potiguar, Natal. Irmão do político e jornalista Eloy de Souza (1873 – 1959) e da poetisa Auta de Souza (1876 – 1901), foi um dos intelectuais potiguares mais atuantes nas duas primeiras décadas do século XX. Antes dos vinte anos de idade, a convite de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, então governador do estado, iniciou a publicação de seus escritos no jornal *A República*, com o qual colaboraria anos a fio, considerado um importante veículo de comunicação na época, donde se revelaria poeta, ensaísta e crítico de costumes.

Entre 1909 e 1910, já se destacando também na política institucional¹, devido ao endosso da oligarquia Albuquerque Maranhão, Castriciano viajou à Europa com o intuito de

¹ No primeiro quartel do século XX, exerceu estes cargos públicos: secretário de governo (1900 – 1910), procurador do estado (1908 – 1914), deputado estadual (1914 – 1919) e, por dois mandatos, vice-governador (1910 – 1911). Contato: contato@coprecis.com.br



encontrar tratamento médico para o bócio e a tuberculose – enfermidade esta que o achacava desde a adolescência. Ao chegar ao continente europeu, aproveitou as horas fora dos consultórios médicos para alargar as pesquisas que vinha desenvolvendo, havia algum tempo, sobre a educação da mulher. Para tanto, inspirou-se, sobretudo, na École Ménagère de Fribourg, na qual esteve quando de sua estada na Suíça. A partir dos conhecimentos que apreendeu nessa viagem, fundou, na capital do estado, a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte (1911) e, mais tarde, a Escola Doméstica de Natal (1914), instituição de ensino voltada exclusivamente às mulheres.

O objetivo deste artigo é analisar a ascensão de Henrique Castriciano de Souza à condição de publicista, no estado do Rio Grande do Norte, ressaltando sua relação de clientelismo com a oligarquia Albuquerque Maranhão e seu interesse na educação feminina. O Castriciano “educador”, “pedagogo”, responsável pela criação da Liga de Ensino e da Escola Doméstica, não é objeto de estudo da presente pesquisa.

Os discursos – ou “representações do mundo social” – têm inerente liame com os grupos sociais que os produziram, isto é, defendem determinados interesses, socialmente construídos. “Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17) – não existe discurso neutro, imparcial. As representações consistem, destarte, nos “[...] mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Ibid., p. 17).

As práticas e as representações estão entrelaçadas, constituindo-se na expressão dos pontos de vista de segmentos sociais que, em uma dada circunstância, engendraram-nas (não há, portanto, como concebê-las separadamente). Como assinala Paul Ricoeur, ações e pensamentos necessitam ser sempre remetidos “[...] para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder” (Apud CHARTIER, 1990, p. 25).

Porta-voz dos estratos sociais dominantes no estado, Henrique Castriciano produziu, nos textos que publicou na imprensa norte-rio-grandense, uma noção de educação feminina com eles afinada, em conformidade com suas visões de mundo. Além do mais, na sua experiência como educador – professor de Educação Social, disciplina que ministrou durante anos na Escola Doméstica –, reforçou seu apreço por instituições caras às elites, como, por exemplo, a família, considerada, por ele, o âmago da sociedade.

(1915 – 1923). Com o ocaso da oligarquia Albuquerque Maranhão, não mais conseguiria assumir postos elevados na máquina pública.



Neste trabalho, lançamos mão da isotopia, procedimento metodológico tomado de empréstimo à Linguística, que consiste na recorrência de determinado aspecto semântico verificada em um texto, o qual, na maioria das vezes, enseja mais de uma interpretação. Entretanto, as várias leituras permitidas pelo texto já estão gravadas nele, ou seja, “[...] não se fazem a partir do arbítrio do leitor, mas das virtualidades significativas presentes no texto” (FIORIN, 2006, p. 112). Desse modo, para explicitarmos a ligação da produção escrita de Henrique Castriciano com as elites políticas potiguares, analisamos sua coerência semântica e os elementos que lhe propiciam unidade – traços semânticos que se repetem na comunicação discursiva. É justamente nesses aspectos relativos à construção de significados no discurso que percebemos a filiação sociocultural do intelectual potiguar. Assim, justificamos o fato de sua obra só poder ser lida se pensada no bojo da mentalidade das classes dominantes do Rio Grande do Norte, no exórdio do século XX.

No âmbito das fontes, utilizamos os dois primeiros volumes de *Henrique Castriciano: seleta (textos e poesias)*, organizados pelo pesquisador José Geraldo de Albuquerque. Eles contêm boa parte da produção textual de Castriciano (poemas e crônicas), compreendendo, inclusive, sua contribuição a periódicos potiguares como *A República* e *Gazeta do Comércio*.

RELAÇÕES DE PODER COM A OLIGARQUIA ALBUQUERQUE MARANHÃO: APADRINHAMENTO E CARREIRA JORNALÍSTICO-LITERÁRIA

Em 1891, quando cursava Direito no Recife, Eloy de Souza, irmão mais velho de Henrique Castriciano, conheceu, por intermédio de dois amigos de faculdade, os futuros governadores Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, o então deputado federal Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, já um ator político proeminente no Rio Grande do Norte. Este o convenceu a abreviar a carreira acadêmica e abraçar a vida político-partidária potiguar – logo, logo o ex-aspirante a advogado tornar-se-ia deputado estadual. Ao irmão Castriciano, que já demonstrava pendor para as letras, coube um convite do mesmo Pedro Velho, agora governador do estado (1892 – 1896), para se tornar colaborador d’*A República*, órgão da Imprensa Oficial norte-rio-grandense. O mais novo publicista do periódico – tinha dezessete anos na época –, nele escreveu até 1923 (CASCUDO, 2008, p. 51; 54).

Ademais, em decorrência do apoio financeiro recebido pelo então governador do estado, Castriciano publicou, em 1892, seu primeiro livro de versos: *Iriações*. Sequer, porém,



fruiu dos louros do lançamento: a tuberculose, mal de família², abateu-se sobre seus pulmões. O tratamento médico exigiu-lhe mudança de ares; passou, então, uma temporada no interior do Rio Grande do Norte, em lugares como Angicos, Martins, Mossoró – onde se consultou com o médico Francisco Pinheiro de Almeida Castro – e Tibau. Nesta praia, segundo seu biógrafo, teria se apaixonado, em segredo, por uma pescadora e se encantado com a arte de confecção das rendas de almofada, da qual se tornou “[...] propagandista enamorado para o resto da vida” (Ibid., p. 56).

Contrariando as expectativas médicas, Castriciano continuou colaborando com o referido periódico, escrevendo, sobretudo, poesia e crítica literária. A figura do poeta merencório, que já aflorara com a publicação de *Iriações*, avolumou-se nessa época. Nestes versos, do poema “Viagem ao passado”, propalado n'A *República*, em 17/09/1892, veem-se as querelas de um eu lírico trespassado pela dor da existência: “Oh! são assim as páginas da vida:/ Mil amarguras perto de cem flores [...] / É dia, e faz-se noite em meu espírito” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 57).

O tormento do tuberculoso, acrescido à dor da perda precoce dos familiares, expressa-se, pungente, num excerto de outro poema de Castriciano, divulgado em 04/11/1893, no mesmo jornal – o título, mais sugestivo impossível: “Noite de insônia”. Ei-lo: “Morreu em mim a crença no Porvir/ Bem como a folha cai ao sol do outono,/ Lá onde a Morte foi erguer seu trono,/ Lá onde a Mágoa vai chorar ou rir” (Ibid., p. 89). No verso seguinte, extraído de “Feliz!” (A *República*, 07/04/1899), a morte desponta como evasão da realidade, numa fórmula poética singela e deprimente: “Feliz quem morre!” (Ibid., p. 149).

No jovem poeta, como era de praxe, em todo o país, por parte daqueles que simpatizavam com a recém-proclamada República, o ardor patriótico e a defesa retumbante do novo regime também se fizeram presentes. Ao exercer o ofício de escritor, Castriciano possuía “[...] uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo [...]” (SEVCENKO, 1995, p. 20).

Num terceto de “O sonho do almirante” (fragmento do poemeto “Os imortais”), presente nas páginas d'A *República* (05/05/1894), Castriciano deixou bem clara a identidade do inimigo contra o qual se devia lutar: “Quem mente é o monarquista, o Judas traidor/ É o

² Seus avós paternos, Félix José de Souza e Cosma Bandeira de Souza, e seu avô materno, Francisco de Paula Rodrigues, também seriam vitimados pela “dama branca” (epíteto lúgubre dado à tísica no século XIX). Sua irmã, a poetisa Auta de Souza, sofreria o mesmo destino, ao sucumbir à doença, em 1901, com apenas 24 anos de idade. No final das contas, além do próprio Castriciano, apenas os irmãos João Cântio e Eloy de Souza, e a avó materna, Dindinha, resistiriam ao infortúnio familiar.



bandido audaz que nunca teve amor/ Aos princípios do Bem, da Luz e da Liberdade...” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 93). Na continuação desse poema (publicada em 12/05/1894, no mesmo periódico), o intelectual potiguar aproveitou para inserir, no rol dos “republicanos insignes”, André de Albuquerque Maranhão, “mártir da Revolução de 1817” (Ibid., p. 95). O entusiasmo pelo novo regime e a ojeriza à Monarquia consubstanciaram-se com o enaltecimento da oligarquia Albuquerque Maranhão, de quem o “herói republicano” era ascendente; afinal, o poeta precisava agradar seus padrinhos políticos.

Alteado à condição de publicista, H. Castriciano tinha que fazer jus ao seu ofício, redigindo peças literárias em prol do governador do estado, Pedro Velho. Na coluna “Sobre a nossa literatura”, sob o pseudônimo de Mário do Valle (*A República*, 07/01/1893), define desta maneira o “benfeitor de Potyguarania” (termo este usado para se referir ao Rio Grande do Norte): “[...] fundador e redator d'*A República*, jornal em que tão brilhantemente advogou os interesses do povo, quando a 'guarda negra', no estado, procurava cortar o voo às almas boas que se alavam ao céu da democracia [...]” (Ibid., p. 73).

Depois de se recuperar de outra enfermidade, a maleita, na praia de Tibau, litoral norte do estado, Henrique Castriciano partiu para Fortaleza (1898), capital do Ceará, onde começaria a estudar Direito, curso que só completaria, cinco anos mais tarde, no Rio de Janeiro. Ao chegar à cidade cearense, publicou sua segunda obra como versejador, *Ruínas*, na qual, já mais maduro e vivido, externou perplexidez lírica, resultado das leituras filosóficas que realizou, as quais, a despeito de não eliminarem sua sensibilidade religiosa, o estavam tornando um cético. Na leitura dos seus versos “ruinosos”, nota-se “[...] uma inquietante indagação metafísica, mostrando um poeta que havia percebido [...] o grau de renovação sugerido pela poética de Poe e de Baudelaire ainda no interior do Romantismo” (SANTOS, 2009, p. 214).

Lançado em Natal, seu último livro de poesias, *Vibrações* (1903), considerado a maior concepção de sua verve, encontrou “[...] o tom adequado a um poeta consciente dos desafios da modernidade e às voltas com as grandes indagações da ciência e a inquietação espiritual ante a inexorabilidade da morte [...]” (Ibid., p. 217-218). O estro simbolista de “Monólogo de um bisturi”, decerto o poema potiguar que mais figurou em antologias em nível nacional, é um dos destaques do livro; nele, na frialdade da morte, o eu lírico deixa entrever um perigoso embate “[...] entre uma eroticidade perversa e o olhar frio e indiferente da ciência [...]” (Ibid., p. 221).



É provável que Castriciano tenha abandonado a arte de versejar tão precocemente em virtude do excesso de atividades que desempenhava: político, “animador cultural” e, mais tarde, educador (SANTOS, 2001, p. 45).

H. CASTRICIANO: UM PUBLICISTA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DA MULHER

Num texto sem data³, intitulado “Férias”, H. Castriciano (na “pele” de José Braz, um de seus pseudônimos), focalizando um tema que se tornaria sobressalente em seus escritos, saúda o Colégio Imaculada Conceição, instituição católica fundada em Natal pelas irmãs de Santa Doroteia, no ano de 1902. O ensino dessa escola, não obstante seu quê de misticismo, aplicar-se-ia às características morais e intelectuais das mulheres brasileiras. Por enquanto, a educação católica seria a mais indicada ao público feminino, dado que criaria condições para se superar uma danosa herança genética: “o fetichismo das raças” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 12).

Continuando seu raciocínio, assevera que uma educação deveras substancial seria aquela que proporcionaria à mulher a manutenção dos traços apreendidos na sua fase “vegeto-sensitiva” (primeira infância), incorporando-a ao lar, como o “sexo frágil” (Ibid., p. 12). O autor compõe uma representação da mulher como alguém que deve se dedicar ao lar, aos filhos e ao marido (sem sua presença no lar, a mulher não se realizaria). Por conseguinte, “as mestras devem ser as substitutas das mães, a escola deve ser a continuação do lar. Tudo o que não for isso é imprudente e perigoso [...]” (Ibid., p. 12-13).

Em contrapartida, ao “sexo forte”, o masculino, organismo imanentemente acostumado a refregas, competiria a ação dinâmica de se dirigir a vida social, a investigação, a análise e o conhecimento teórico. O papel da mulher, por seu turno, teria um sentido bem diferente: dar margem ao sentimento (ela não poderia se dedicar à razão, ao pensamento lógico, uma vez que isso seria de exclusivo alcance masculino), na acepção mais ampla do termo. “Conservar [o quê? Hábitos de antanho?], melhorando a pureza da fé antiga; recolher uma a uma as esparsas tradições da religião, da arte, do amor, e guardá-las bem no fundo do coração, como num vasto cibório de ouro” (Ibid., p. 13). Como se sabe, “[...] as subjetividades femininas foram construídas nas mais diferentes épocas para ser o ‘complemento emocional’ do ‘homem racional’, e vice-versa” (CHAMON, 2005, p. 115).

³ Trata-se de um dos documentos encontrados pelo pesquisador José Geraldo de Albuquerque no arquivo da Escola Doméstica. Atinando-se com o conteúdo do material – não há referências à Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, tampouco àquela escola –, especulamos que ele pode ter sido escrito pouco depois da fundação do Colégio Imaculada Conceição.



Não valeria a pena vilipendiar a alma feminina com os “anárquicos e pedantescos racionalismos” (ora, o “sexo frágil” necessitaria manter a “pureza dos sentimentos”), imolar-lhe a delicadeza e sutileza do espírito, inocular-lhe alguma dúvida, a incredulidade, a insaciabilidade intelectual, o que o homem já teria em profusão. Espera-se da mulher submissão e desprendimento, apanágios com os quais, mesmo não agindo diretamente nos núcleos sociais, tem logrado “[...] melhorar e dignificar a humanidade à custa de muito sacrifício e de muito amor” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 13).

Para aqueles inspirados no positivismo e no cientificismo, como era o caso de H. Castriciano, o ensino ministrado à mulher não deixaria de atrelá-la ao ofício de mãe, afastando-se, porém, das credices e incorporando “[...] as novidades da ciência, em especial das ciências que tratavam das tradicionais ocupações femininas” (LOURO, 2002, p. 448). Entre o final do século XIX e o proêmio do século seguinte, disciplinas como Puericultura, Psicologia ou Economia Doméstica integraram-se ao currículo dos cursos femininos, o que foi corolário da chegada “[...] de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino” (Ibid., p. 448).

Por mais que concebesse que a mulher encontrava-se “naturalmente” adstrita à vida doméstica, Castriciano, sob o pseudônimo de José Braz, não concordava em encarcerá-la dentro de casa. Esse é o juízo que elabora, na coluna “Aspectos natalenses (crítica de costumes)”⁴, da *Gazeta do Comércio*, contra a educação feminina que, segundo ele, vigorava no Brasil. Ao privar a mulher de sua liberdade de ir e vir, tornando-a sedentária, tal educação seria bastante perniciosa, o que traduziria “uma existência sem arte e sem civilização” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 9). Em dias festivos, os salões, “pouco arejados e higiênicos”, não contam, infelizmente, com a graciosa presença das moças, suas conversações alegres, sua malícia deliciosa e incauta (Ibid., p. 9).

O homem, “dono da casa”, por outro lado, está desembaraçado, podendo sair para todo lugar, sem se incomodar com o barulho das crianças, que ficam sob a tutoria da mãe, no reduto doméstico. Ele pode, assim sendo, “palestrar nas calçadas, [...] tratar de política e, sobretudo, da vida alheia” (Ibid., p. 9).

Ainda segundo o autor, em virtude da escassez de “convivência espiritual”, de “gentilezas recíprocas”, “temos uma população [masculina] de ar bisonho e matutamente pacata” (Ibid., p. 10). As mulheres, graças ao critério artístico de que a natureza dotou-as (Castriciano sempre as associa a atributos emocionais, afetivos), salvam-se; o que lhes falta é

⁴ O documento, encontrado no arquivo da Escola Doméstica pelo professor José Geraldo de Albuquerque, não está datado.



“[...] o hábito de sair, a requintada elegância dos centros populares e artísticos, isso que só se adquire nas grandes cidades movimentadas” (Ibid., p. 10). Conviveríamos com uma educação atrofiada, que poderia inviabilizar a “raça brasileira”.

Porém, na visão do autor⁵ – e aqui ele se faz diretamente tributário da doutrina positivista –, não era apenas a educação escolar que urgia melhoramentos, mas também aquilo que chamamos sociedade, a qual “[...] está pedindo uma reforma completa, baseada numa moral menos hipócrita e menos cínica” (Ibid., p. 32). “A doença é, pois, geral: doença d'alma, profunda e talvez incurável” (Ibid., p. 33). Até o contismo, “filosofia da mais alta estirpe”, não arregimentaria muitos seguidores, já que o estado físico da humanidade encontrar-se-ia degenerado (Ibid., p. 33).

À semelhança de outros intelectuais coevos – Euclides da Cunha, José Veríssimo, Silvio Romero, só para elencar alguns nomes –, H. Castriciano posicionava-se como um “mosqueteiro intelectual”, buscando na realidade cultural da Europa a genuína, irrefutável e longeva “[...] tábua de salvação [nacional], capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas” (SEVCENKO, 1995, p. 78). Em outras palavras, intelectuais como o poeta potiguar, no Brasil, consideravam-se verdadeiros “faróis”, “[...] 'representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época', a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país” (Ibid., p. 82).

Não obstante dissentir dos rumos que a sociedade brasileira vinha tomando, Castriciano não esmoreceu seu otimismo em face do regime republicano – seu discurso é enunciado de um lugar social específico: expressão dos interesses dos Albuquerque Maranhão, dos quais dependia política e economicamente; essa oligarquia foi responsável pela implementação da República no Rio Grande do Norte. Vejamos a conclusão a que ele chega acerca do assunto na crônica “Lourival e seu tempo IX”, publicada n'A *República*, em 01º/08/1907:

[...] o advento do novo regime [a República] nos trouxe outros hábitos, certo relevo na situação política do país, uma feição literária mais bem definida, modelada pelo gosto moderno e caracteristicamente nativista no que toca aos estudos históricos determinados, patriotismo regional que a Federação despertou em cada estado (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 245).

Nas terras potiguares, tal como outros homens de letras do período, pode-se afirmar que Castriciano adequava-se a esta situação: veeiro intelectualizado que se chumbou aos

⁵ A crônica da qual as citações foram extraídas é “Critério falso”, que Castriciano assinou com o pseudônimo de Rosa Romariz. Sua data e seu local de publicação não foram registrados.



estratos “[...] arrivistas da sociedade e da política [os ‘vencedores’ da República], desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal” (SEVCENKO, op. cit., p. 103), alçado a ocupações preeminentes no regime e considerado guia incondicionado da coletividade urbana.

H. CASTRICIANO SOB O MANTO DA MODERNIDADE: EM DEFESA DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

No século XIX, no Brasil, à semelhança do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, a instituição escolar despontou como “estágio preparatório” para a idade adulta. Nesse período, de intensificação da divisão do trabalho, houve uma maior complexidade dos papéis socioeconômicos, a recrudescência das exigências de autocontrole, a eclosão “[...] dos processos de diferenciação geracional e a produção de expectativas de comportamento diferenciado entre crianças, jovens e adultos” (VEIGA, 2005, p. 202). A escola pretendia formar, mediante práticas educativas da intuição e dos sentidos, cidadãos plenamente conscientes de seus direitos e deveres, sujeitos nacionais ativos. Ao se tornar obrigatória, a frequência a essa instituição estabeleceu uma espécie de escrituração (leis, relatórios, mapas de frequência), selando a identificação aluno/discípulo, professor/mestre. “Tal procedimento escriturístico esteve relacionado ao processo extremamente tenso e conflituoso da [sua] instalação [...] naquele contexto” (Ibid., p. 208).

A República brasileira foi palco de transformações de ordem política, econômica, social e cultural, que propiciaram o surgimento de uma ideologia de fortalecimento da nação sob o novo regime, haja vista ideais progressistas, imbuídos de um *ethos* moderno. Sendo assim,

[...] as elites intelectuais e dirigentes brasileiras mantiveram um diálogo sintonizado com o ideário da modernidade, apontando a Europa e os Estados Unidos como referências para a argumentação de projetos educativos que visavam promover a superação de hábitos, comportamentos, ideias e conceitos tidos como arcaicos, destacando a escola como elemento fundamental para [a] educação e instrução da população (HOLLER, 2012, p. 135).

Os Grupos Escolares, no Brasil, consistiram numa inovação pedagógica que atendeu aos apelos modernizantes de fins do período oitocentista, pela qual se erigiu um paradigma de ensino elementar baseado numa maior racionalização e padronização, com o intuito de se contemplar um número substancial de crianças; dessarte, “[...] uma escola adequada à escolarização



em massa e às necessidades da educação popular” (SOUZA, 2006, p. 35), flâmulas hasteadas pelos republicanos. Assistiu-se, então, à substituição do método individual pelo ensino simultâneo, à eliminação paulatina da escola unitária ou isolada, que deu lugar à escola composta por várias salas de aula e vários professores, e ao fim do método tradicional, desbancado pelo método intuitivo.

“A imperiosa finalidade moralizadora, cívica e civilizadora da educação popular [republicana] estendeu-se à educação feminina, concebendo-a como um direito natural da mulher” (Ibid., p. 65), o que representou uma conquista para esta, que teve expressivo acesso aos Grupos Escolares e, por conseguinte, maior participação profissional e sociocultural em âmbito público. Porém, apesar de haver, nesses estabelecimentos escolares, o mesmo número de salas para meninos e meninas (os espaços para ambos eram separados, não é à toa lembrar), os primeiros os frequentavam em maior número.

A despeito da morosidade, dos problemas e desencontros em sua implantação, relacionados, máxime, à carência de recursos por parte dos estados, “[...] os Grupos Escolares foram priorizados em detrimento das escolas isoladas, reforçando a opção [...] pela escolarização dos centros urbanos” (Ibid., p. 69). O êxito da Pedagogia Renovada se sustentava na formação moderna dos professores, em consonância com os ideais republicanos. Essa nova tendência pedagógica, ainda nos anos derradeiros do Oitocentos, aspirava a transfigurar o espaço da escola, as relações com o corpo e a mente. Respalda-se no eugenismo e no higienismo, “[...] disseminou os testes escolares, por meio da definição dos coeficientes de inteligência para a homogeneização das classes escolares” (VEIGA, op. cit., p. 211).

No Rio Grande do Norte, a reforma do ensino primário que originou os chamados Grupos Escolares, tendência que já se impusera, em fins do século XIX, em outros estados, como São Paulo, começou a ensaiar seus primeiros passos em 22 de novembro de 1907, graças a uma autorização do governador Antonio José de Melo e Souza, aliado dos Albuquerque Maranhão. Em 18 de abril de 1908, por meio do Decreto nº 178, o político firmou um programa de ensino e iniciou a construção das referidas escolas. Nesse contexto, o Grupo Escolar Augusto Severo, primeiro a ser edificado no estado, simbolizou “[...] a modernidade para Natal, pela sua arquitetura moderna, [...] [que ilustrava a] expansão da rede física escolar da época, atendendo às estruturas organizacionais dos estabelecimentos de ensino escolar” (RODRIGUES, 2012, p. 63).



A recém-fundada instituição escolar é comemorada com efusão na pena de H. Castriciano (João Cláudio, “A esmo” – *A República*, 11/03/1908), apaniguado da oligarquia que controlava o estado. Para ele, a escola, “iniciativa louvável” do líder do Executivo estadual, representaria o começo de um “novo período no ensino primário do Rio Grande do Norte”. Demais, regozija-se ao saber que as mulheres também comporão o corpo docente da instituição. Porém, sua felicidade estaria completa se somente elas fossem professoras, pois “[...] compreendem melhor as crianças, penetram mais facilmente no íntimo desses delicados seres, a quem são naturalmente dedicadas, até pelo divino instinto que constitui a nota característica do coração feminino” (Apud ALBUQUERQUE, 1994, p. 122).

Seria indispensável, igualmente, fazer com que a mulher tivesse uma participação mais efetiva na vida espiritual do povo brasileiro, o que melhoraria sobremaneira a educação primária – afinal, ela ensinaria às crianças valores práticos e positivos, fortalecendo-as moral e intelectualmente (Ibid., p. 122). A fim de dar azo à concretização desse intento, “o essencial é formar professoras modernas, completamente aparelhadas para o ensino primário prático e intuitivo, tal como se faz nos Estados Unidos e como se está fazendo em São Paulo” (Ibid., p. 123). Ora, os homens não têm condições de se fazer “[...] amar pelas crianças como as mulheres, e é sobretudo pelo sentimento que a gente se deixa conduzir nessa idade em que as emoções deixam na alma traços profundos, inapagáveis” (Ibid., p. 123).

No nosso estado, finaliza Castriciano, tem-se a necessidade imperiosa de melhorar a educação feminina; devemos “[...] pensar na cultura intelectual das moças pobres, que, dada a criação de um estabelecimento de ensino devidamente apropriado, teriam diante de si um futuro, uma carreira a seguir” (Ibid., p. 124). Pela primeira vez, ele cogita num educandário só para moças; sua Escola Doméstica, porém, ainda demoraria alguns anos para ser inaugurada.

Como também aconteceu nas demais plagas brasileiras, os Grupos Escolares norte-rio-grandenses, pela exiguidade de seu alcance social, abrangiam uma percentagem reduzida da população potiguar. Para se ter ideia, Natal, capital do estado, só contou com dois deles até 1934: o já mencionado Augusto Severo e o Frei Miguelinho, criado em 1913 (CASCUDO, 1999, p. 191).

As Escolas Normais brasileiras abriram suas portas ainda no século XIX, para ambos os sexos. Porém, na prática, moças e rapazes estudavam separadamente – em classes, turnos ou até escolas diferentes. Elas foram criadas a fim de se capacitar mestres e mestras “[...] que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar” (LOURO, 2002, p. 449).



Com o crescimento incisivo da frequência de mulheres às Escolas Normais, pode-se afirmar que teve início, no Brasil, a “feminização do magistério”, possivelmente vinculada “[...] ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens” (Ibid., p. 449), reservando-lhes empregos mais rendosos do que o de professor.

A mulher que lecionava, porém, não era consenso na sociedade brasileira. Alguns a consideravam um despautério, porquanto o “sexo frágil”, com seu “cérebro pífilo”, devido à “falta de uso”, não teria condições intelectuais de instruir as crianças. Os que defendiam o magistério feminino, em compensação, declaravam com segurança que as mulheres eram, “naturalmente”, as principais educadoras das crianças; entregar-lhes a educação dos pequenos configurava-se, logo, como uma atitude sobremodo acertada. Enfim, para estes, “[...] a docência não subverteria a função feminina fundamental [o zelo pela família], ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (Ibid., p. 450). Para isso, o magistério deveria ser concebido como uma profissão que requeresse doação, amor e abnegação – somente as moças “vocacionadas” poderiam abraçá-lo.

Tais elementos discursivos tornavam legítima a evasão dos homens das salas de aula e permitiam a entrada das mulheres no espaço escolar. Dessa maneira, salvaguardava-se, do ponto de vista social, uma parcela do espaço público para a mestra, antes só conquistada por meio do matrimônio (CHAMON, 2005, p. 83). Da professora, exigiu-se, doravante, afeição, pachorra, doação, atributos “indelevelmente femininos”, que, por seu turno, articularam-se ao legado religioso da docência, “[...] reforçando ainda a ideia de que [...] [esta] deve ser percebida mais como um 'sacerdócio' do que como uma profissão” (LOURO, op. cit., p. 450).

À medida que o tempo foi passando, as Escolas Normais tornaram-se espaços nitidamente femininos. “Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras” (Ibid., p. 454). Incrustadas, a princípio, nas maiores cidades do território nacional, buscaram, a começar pelas fachadas, geralmente suntuosas, mostrar aos transeuntes sua distinção em relação aos edifícios presentes em seu entorno, seu caráter especial. A organização do espaço interno dessas escolas estava repleta de significados: “seus corredores e salas, a capela ou o crucifixo, as bandeiras ou o retrato de autoridades, os quadros de formatura ou os bustos das 'personalidades ilustres' [...] [revelavam ou ocultavam] saberes, apontando valores e 'exemplos', sugerindo destinos” (Ibid., p. 455).



Ao atuar em sala de aula, a professora teria que disciplinar seus alunos, o que implicava, outrossim, ter disciplina sobre si mesma. “Seus gestos deveriam ser contidos, seu olhar precisaria impor autoridade. Ela precisaria ter o *controle de classe*, considerado um indicador de eficiência ou de sucesso na função docente [...]” (Ibid, p. 467, grifo da autora). Além do mais, não deveria manter contatos corporais com alunos e alunas; durante um bom tempo, carícias, beijos e amplexos foram vistos como práticas impróprias.

As elaborações discursivas sobre o ofício de professora exerceram forte influência na formação das mestras, “[...] elas fabricaram professoras, elas deram significado e sentido ao que era e ao que é ser professora” (Ibid., p. 464). Tais representações, é bom que se diga, eram feitas pelos homens, muitos dos quais acreditavam que as mulheres que não podiam ter filhos “[...] estariam, de certa forma, *cumprindo* sua função feminina ao se tornarem, como professoras, *mães espirituais* de seus alunos e alunas” (Ibid., p. 465, grifo da autora). Com frequência, fomentavam-se acerca das professoras representações desfavoráveis: elas eram tidas por mulheres pouco gráceis, solteironas misantropas.

A primeira Escola Normal do Rio Grande do Norte funcionou de 1873 a 1877, no prédio do Ateneu (única escola de nível secundário existente na então província), diplomando apenas três alunos. Por duas vezes, em 1883 e 1890, pensou-se em criar novas Escolas Normais em solo potiguar, o que, no entanto, não ocorreu. Em 1908, no segundo mandato de Alberto Maranhão, fundou-se uma nova escola desse tipo, que, de início, exerceu sua função, mais uma vez, no edifício do Ateneu; em 1911, foi transferida para o Grupo Escolar Augusto Severo. O diretor dessa instituição também presidia a Instrução Pública estadual (CASCUDO, 1999, p. 198).

A criação de um estabelecimento de ensino como a Escola Normal de Natal não podia passar em branco para um homem como Henrique Castriciano de Souza (João Cláudio, “Palestras” – *A República*, 16/05/1908), intelectual interessado na problemática da mulher brasileira. Foi com alegria intensa que ele aclamou a nova escola, quiçá a mais “portentosa” obra do “ilustre” governador Alberto Maranhão, na qual as moças poderão “[...] aprender a ensinar, com [...] [o] carinho e [...] [a] ternura que só as mulheres possuem” (Apud ALBUQUERQUE, 1994, p. 176).

Não importava se essa escola funcionava de maneira improvisada na época, num local que não havia sido projetado para abrigá-la (o que, certamente por razões político-partidárias, o cronista não menciona). O que alumbrava Castriciano é o fato de que “daqui a poucos anos, essas mocinhas [as normalistas], de pupilas castas e



sorriso de flor entreaberta, serão mestras sisudas, mães espirituais de uma porção de crianças que constituirão o Rio Grande do Norte futuro [...]” (Ibid., p. 176). A Escola Normal seria o introito “[...] de uma nova fase intelectual do Rio Grande do Norte, que precisa de espíritos modernamente orientados, sem misticismos doentios, sem os exageros da intolerância sintomática da péssima orientação mental que herdamos [...]” (Ibid., p. 176-177). Por fim, vaticina:

Confio muito na inteligência e na bondade da mulher brasileira: bem orientadas, as nossas patrícias sairão dos bancos escolares com o espírito saturado de ideias claras e positivas que saberão transmitir às crianças através das vibrações do sentimento feminino, bem mais delicado, providente e, por isso mesmo, bem mais enérgico e eficaz do que o do homem (Ibid., p. 177).

Castriciano estava às portas de sistematizar suas ideias sobre a educação feminina que julgava moderna, o que daria origem à Liga de Ensino do Rio Grande do Norte e à Escola Doméstica de Natal. Mas esse é um assunto para ser mencionado alhures.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascido na cidade de Macaíba, interior do Rio Grande do Norte, H. Castriciano foi apadrinhado pela oligarquia Albuquerque Maranhão, o que lhe permitiu desfrutar de uma posição de relevo na sociedade potiguar do começo do século XX. Graças à sua atuação na imprensa, mormente no jornal *A República*, pôde veicular suas ideias acerca da educação feminina no estado. Segundo ele, a população potiguar só progrediria por meio do melhoramento da educação, especialmente aquela votada à mulher, pilar indispensável de toda e qualquer sociedade desenvolvida. Não foi um homem de letras ensimesmado, alheio aos estigmas mundanos; pelo contrário, inseriu-se “[...] no espaço público para refletir sobre os problemas do tempo em que viveu e delinear projetos que contribuíssem para superar o atraso e a miséria da periferia” (GERMANO, 2005, p. 11).

Externando um ponto de vista comum ao grupo social do qual fazia parte, Castriciano apregoava que o desejo de ser mãe era inerente às mulheres, antes de tudo, como se a putativa essência feminina “[...] se localizasse num órgão específico – o útero, capaz de responder por todos os seus bons e maus funcionamentos fisiológicos, psíquicos e emocionais” (RAGO, 2004, p. 31-32). Estamos diante da noção de feminilidade presente no discurso do intelectual potiguar. O papel social da mulher era predeterminado pelas expectativas masculinas; viveria para outrem, o



marido e os filhos (mesmo exercendo o ofício de professora, seria “mãe espiritual” de seus alunos); teria que zelar pelo bom funcionamento da família – daí a necessidade de se melhorar a educação a ela destinada –, reformando, assim, a sociedade; se viesse a “deixar o lar” e “renunciar” à maternidade, presume-se, não se realizaria, não cumpriria seu “papel natural”.

FONTES

ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Henrique Castriciano*: seleta (textos e poesias). Natal: [s.n.], 1993.

ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Henrique Castriciano*: seleta (textos e poesias). Natal: [s.n.], 1994. v. 2.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

_____. *Nosso amigo Castriciano*: reminiscências e notas. Natal: EDUFRN, 2008. (Coleção Câmara Cascudo: Biografias).

CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério*: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GERMANO, Willington. Prefácio. In: PINHEIRO, Rosa Aparecida. *Educação e modernização em Henrique Castriciano*. Natal: EDUFRN, 2005.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. O ideário pedagógico moderno nos discursos dos intelectuais Henrique Fontes e Oswaldo Cabral: escola primária catarinense (1920 –1930). In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Moderno, modernidade e modernização*: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822 – 2022).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

RODRIGUES, Marta Bezerra. *Conceitos e práticas educativas nos Regimentos Escolares no Rio Grande do Norte (1910 –1930)*. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANTOS, Tarcísio Gurgel dos. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras Potiguar*. Natal: Editora do Autor, 2009.

_____. *Informação da literatura potiguar*. Natal: Argos Editora, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.